

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de setembro de 2021

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
Relatório da Administração

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 30/09/2021, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Breve histórico

Desde 1922, a Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), fundada pelos engenheiros Francisco Azevedo e Francisco de Palma Travassos, se destaca como prestadora de serviços de engenharia e construção em geral. Ao longo de sua história, a ATSA tem acompanhado a evolução tecnológica da engenharia brasileira contribuindo, inclusive, com o seu desenvolvimento.

2. Cenário atual

O total de investimentos públicos e privados em infraestrutura - nos setores de energia elétrica, telecomunicações, saneamento e transportes - alcançou em 2014 o equivalente a 2,32% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Na sequência, o índice caiu ano a ano até chegar a 1,58% do PIB em 2020, muito devido à crescente crise fiscal e econômica. Nos últimos 30 anos, o nível de investimento tem sido insuficiente para cobrir a taxa de depreciação do estoque de infraestrutura, conseqüentemente, o Brasil atualmente ocupa a posição 76 dentre 144 países avaliados, no ranking da Qualidade da Infraestrutura do (World Economic Forum). Em suma, é necessário investir, anualmente, mais de 4% do PIB no setor de infraestrutura para que o Brasil alcance a posição 20 neste ranking.

Para 2021, projeta-se uma retomada do PIB na ordem de 5%, enquanto o investimento em infraestrutura deve ficar na ordem de 1,62% do PIB; todavia, diversos avanços institucionais significativos foram implementados, a saber: o PPI - Programa de Parcerias de Investimentos - com um portfólio significativo de Concessões/PPP federais, estaduais e municipais; o Marco Regulatório do Saneamento Básico, cujo principal objetivo é que 99% da população tenha acesso a água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto, bem como, a nova Lei do Gás Natural, que é fundamental para gerar desenvolvimento, emprego e crescimento da economia brasileira. Já no setor de Óleo e Gás, está em curso o Programa de Desinvestimentos da Petrobrás em refinarias de Petróleo, e venda de campos maduros de produção de óleo e gás. No caso das refinarias, deverão surgir demandas de revitalização desses ativos e, no dos campos maduros, oportunidades de descomissionamento devem totalizar investimentos superiores a US\$ 15 bilhões.

A Azevedo & Travassos, nos últimos 21 meses, passou por um processo de reestruturação e fortalecimento da Equipe de Gestão. Este processo, aliado à sua comprovada capacidade técnica e de execução, permitiu que a Companhia angariasse uma posição relevante nos chamamentos privados para orçamentos de obra visando a conversão em backlog. Esse efeito também incorporado junto a área Comercial nos dá confiança de que o processo de conversão do pipeline em contratos assinados será bem-sucedido.

3. Aumento de Capital

Em 07/06/21 o Conselho de Administração da Companhia apresentou proposta para aumento de capital privado, por meio do qual seus credores e acionistas puderam capitalizar créditos e dinheiro até o limite de R\$153.268.500,00. O aumento de capital visou fortalecer a equação de Capital da Companhia e também de reforçar o Projeto de Reestruturação em curso de modo a gerar benefícios a seus acionistas. A homologação do aumento de capital ocorreu no dia 09/08/2021, conforme comunicado a mercado divulgada na mesma data.

4. Desempenho Econômico e Financeiro - 3 ITR - 2021

4.1. Receita

Com base em sua carteira de obras já contratadas, a Receita Bruta anual (YTD) atinge o patamar de R\$ 32.016 mil

a) Companhia. (ATSA)

A Receita da ATSA refere-se à locação de área para instalação de antena para serviços de telecomunicações.

Assim, no terceiro trimestre de 2021, a Receita Líquida da Companhia foi de R\$ 94 mil.

b) Consolidado

A Receita Líquida até setembro de 2021, foi de R\$ 29.705 mil, contra R\$ 16.035 mil em 2020.

4.2. Resultados

a) Companhia. (ATSA)

O resultado, no período de janeiro a setembro/21, correspondeu a um lucro de R\$ 127.749 mil, ante um resultado de R\$ (16.942) mil ocorrido em 2020.

O resultado favorável no terceiro trimestre de 2021 deve-se principalmente aos efeitos contábeis da venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda no primeiro trimestre de 2021.

Este valor não deve ser incorporado em análises de fluxo de caixa descontado da Companhia, podendo ser considerado efeito meramente contábil.

b) Consolidado.

No período de janeiro a setembro/21, apresentou um lucro de R\$ 127.749 mil, ante um resultado negativo de R\$ (16.942) mil ocorrido em 2020.

Lucro Bruto Operacional

Em 30/09/21 a Companhia apresentou, no Consolidado, um lucro bruto de R\$ 2.502 mil, ante um lucro bruto de R\$ 147 em 30/09/20.

4.3. Endividamento

a) Companhia (ATSA)

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 46.385 mil (R\$ 47.388 mil em 30/09/20) constituem os passivos mais relevantes da Companhia. Esse fluxo de pagamentos mensais ocorrerá até o ano de 2050 sendo de aproximadamente R\$140 mil mensais ajustados pela TJLP.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras no período de janeiro a setembro de 2021 alcançaram a cifra de R\$ (2.295) mil, quando comparadas com a quantia reconhecida R\$ (3.152) mil no resultado até o terceiro trimestre de 2020.

Em 31/09/21, a ATSA não possuía nenhum endividamento bancário.

b) Consolidado

Em 30/09/21 no Consolidado não são registrados quaisquer endividamentos bancários, sendo que em 30/09/2020 o endividamento somava R\$ 22.696 mil.

4.4. Patrimônio Líquido

Devido ao efeito contábil gerado pela venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no primeiro trimestre/2021, bem como o aumento de capital ocorrido no terceiro trimestre de 2021, verifica-se uma relevante recuperação do Patrimônio Líquido, passando seu saldo de R\$ (240.014) mil em 30/09/2020 para o saldo de R\$ 44.583 em 30/09/21.

4.5. LAJIDA

O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA no terceiro trimestre dos anos de 2021 e 2020.

Consolidado - R\$ mil		
	2021	2020
Lucro Prejuízo (antes do IR e CSLL)	127.749	(16.942)
Despesas e Receitas financeiras	2.295	11.346
Depreciação e Amortização	334	1.272
LAJIDA	130.378	(4.324)

5. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo GRI - Global Reporting Initiative, Instituto ETHOS, dentre outros.

6. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da B3. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e Compliance da Companhia.

7. Instrução CVM nº 381/03

Conforme a Instrução CVM nº 381/03, a BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

8. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao primeiro trimestre de 2021.

São Paulo, 16 de novembro de 2021.

Gustavo Nunes da Silva Rocha
Diretor Presidente

Leonardo Martins
Diretor Financeiro e de RI

Ivan de Carvalho Jr
Diretor Executivo

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Azevedo & Travassos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de novembro de 2021.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.205	4.426	58.727	4.583
Clientes	5	15	11	3.142	2.360
Estoques	6	28	29	28	959
Estoque de terrenos	7	-	-	18.301	18.301
Adiantamento a fornecedores		94	563	799	1.712
Impostos a recuperar		83	60	804	2.329
Despesas antecipadas		326	-	339	2
Outras contas a receber	8	932	89	6.125	9.466
		56.683	5.178	88.265	39.712
Ativo não circulante					
Estoque de terrenos	7	-	4.215	-	4.215
Outras contas a receber	8	41.382	36.989	41.390	5.429
		41.382	41.204	41.390	9.644
Investimentos	9	67.699	19.196	40.251	-
Imobilizado	10	60	11.173	304	14.344
Intangível	11	-	-	-	22
		67.759	30.369	40.555	14.366
Total do Ativo		165.824	76.751	170.210	63.722
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	22.696
Fornecedores	14	5.050	5.140	5.470	19.251
Salários, provisão para férias e encargos sociais	15	1.188	9.264	1.849	44.733
Obrigações tributárias – REFIS Lei 9.964/2000	16.1	1.613	2.148	1.613	2.148
Obrigações tributárias – outros impostos	16.2	939	13.089	1.737	64.836
Juros sobre o capital próprio a pagar		-	36	-	36
Dividendos a pagar		-	6	-	6
Outras contas a pagar	17	7.531	1.616	7.562	3.987
		16.321	31.299	18.231	157.693
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	-
Salários, provisão para férias e encargos sociais	15	37.020	11.612	37.020	53.861
Obrigações tributárias – REFIS Lei 9.964/2000	16.1	44.772	45.240	44.815	45.240
Obrigações tributárias – outros impostos	16.2	14.569	-	16.269	30
Provisão para passivo a descoberto de controladas	9	-	211.705	-	-
Provisão para obrigações legais	18	2.961	5.031	2.961	30.312
Imposto de renda e contribuição social - reserva de reavaliação	23	-	3.580	-	3.580
Outras contas a pagar	17	5.597	8.298	6.330	13.020
		104.919	285.466	107.395	146.043
Total do passivo		121.240	316.765	125.626	303.736
Patrimônio líquido					
Capital social	19	224.516	71.247	224.516	71.247
Reserva de reavaliação		-	6.964	-	6.964
Prejuízos acumulados		(179.932)	(318.225)	(179.932)	(318.225)
		44.584	(240.014)	44.584	(240.014)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		165.824	76.751	170.210	63.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020
Receita de venda e serviços prestados, líquida	20	94	710	29.705	16.035	39	-	9.539	7.450
Custos na venda de produtos e serviços prestados	21	(216)	(2)	(27.203)	(15.888)	(171)	-	(8.203)	(7.304)
Lucro/(Prejuízo) do período		(122)	708	2.502	147	(132)	-	1.336	146
Receita (despesas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas	21	(14.813)	(4.149)	(15.977)	(9.259)	(8.570)	(1.767)	(9.122)	(4.048)
Honorários dos administradores	12	(2.560)	(421)	(2.562)	(421)	(660)	(129)	(663)	(129)
Outras receitas e (despesas) operacionais	21	152.075	(73)	151.857	4.020	(25.998)	-	(25.962)	172
Equivalência patrimonial	9	(4.537)	(9.855)	(5.216)	-	196	(8.687)	-	-
Lucro operacional		130.043	(13.790)	130.604	(5.513)	(35.164)	(10.583)	(34.411)	(3.859)
Receitas financeiras	22	1	-	37	3	1	-	19	1
Despesas financeiras	22	(2.295)	(3.152)	(2.569)	(11.349)	(1.954)	(1.694)	(2.402)	(8.392)
		(2.294)	(3.152)	(2.532)	(11.346)	(1.953)	(1.694)	(2.383)	(8.391)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		127.749	(16.942)	128.072	(16.859)	(37.117)	(12.277)	(36.794)	(12.250)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(323)	(83)	-	-	(323)	(27)
Lucro (Prejuízo) do período		127.749	(16.942)	127.749	(16.942)	(37.117)	(12.277)	(37.117)	(12.277)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	127.749	(16.942)	-	-	(37.117)	(12.277)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		2,35	(3,14)	2,35	(3,14)	(0,68)	(2,27)	(0,68)	(2,27)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2021	01/07 a 30/09/2020
Lucro (Prejuízo) do período	127.749	(16.942)	127.749	(16.942)	(37.117)	(12.277)	(37.117)	(12.277)
Outros resultados abrangentes								
Realização reserva de reavaliação	6.964	35	6.964	35	6.930	15	6.930	15
Total do resultado abrangente do período	134.713	(16.907)	134.713	(16.907)	(30.187)	(12.262)	(30.187)	(12.262)
Atribuível a								
Acionistas controladores	-	-	134.713	(16.907)	-	-	(30.187)	(12.262)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos Acionistas	Patrimônio líquido dos Acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.047	6.988	(281.405)	(246.370)	-	(246.370)
Aumento de capital social	43.200	-	-	43.200	-	43.200
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	25	-	25	-	25
Realização reserva de reavaliação (Nota nº 23)	-	(49)	49	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(36.869)	(36.869)	-	(36.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.247	6.964	(318.225)	(240.014)	-	(240.014)
Aumento de capital social	153.269	-	-	153.269	-	153.269
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	3.580	-	3.580	-	3.580
Realização reserva de reavaliação (Nota nº 23)	-	(10.544)	10.544	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	127.749	127.749	-	127.749
Saldo em 30 de Setembro de 2021	224.516	-	(179.932)	44.584	-	44.584

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	127.749	(16.942)	128.072	(16.859)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	321	268	334	1.272
Efeito líquido da baixa de imobilizado	10.792	73	13.728	1.633
Resultado de equivalência patrimonial	4.537	9.855	5.216	-
Provisão para obrigações legais	(2.070)	-	(27.351)	-
Juros a pagar a longo prazo – parcelamento	-	-	(22.696)	-
IRPJ e CSLL corrente	-	-	(323)	-
Diferimento de impostos	3.580	(15)	3.580	(15)
	144.909	(6.761)	100.560	(13.969)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	(4)	(786)	(782)	(3.443)
Estoques	1	1	931	(215)
Estoques de imóveis	4.215	-	4.215	-
Impostos a recuperar e outros créditos	(5.585)	(1.081)	(31.432)	(4.670)
Adiantamento a fornecedores	469	(289)	913	(838)
	(904)	(2.155)	(26.155)	(9.166)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(90)	333	(13.781)	(2.975)
Salários, provisão férias e encargos sociais	17.332	1.243	(59.725)	6.918
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	(2.164)	1.568	(51.400)	3.727
Aumento de Capital	153.269	-	153.269	-
Outras contas a pagar	(213.749)	5.932	(8.373)	18.888
	(45.402)	9.076	19.990	26.558
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	98.603	160	94.395	3.423
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(47.824)	-	(40.251)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(47.824)	-	(40.251)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(3.279)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	-	(3.279)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	50.779	160	54.144	144
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.426	-	4.583	46
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55.205	160	58.727	190
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	50.779	160	54.144	144

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
1 - RECEITAS				
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	108	818	32.287	9.610
	108	818	32.287	9.610
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 -Custo venda de produtos e serviços.	(28.287)	-	(32.557)	(928)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.395)	(1.698)	(25.117)	(1.128)
	(39.682)	(1.698)	(57.674)	(2.056)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	(39.574)	(880)	(25.387)	7.554
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(321)	(179)	(334)	(1.104)
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	(39.895)	(1.059)	(25.721)	6.450
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(4.537)	(1.168)	(5.216)	-
6.2 - Receitas financeiras	1	-	37	2
6.3 - Ganho de Capital	182.421		182.421	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	137.990	(2.227)	151.521	6.452
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	6.288	832	15.810	5.439
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	3.468	148	7.215	2.721
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	486	1.458	747	2.957
8.4.1 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	127.749	(4.665)	127.749	(4.665)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	137.991	(2.227)	151.521	6.452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, nº 1.050, São Paulo - SP.

As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária, conjuntamente referidas como "Grupo".

A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN).

1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2021 incluem as seguintes empresas operacionais: ATSA e ATI, cuja participação percentual na data base deste ITR está assim resumida:

	30/09/2021		31/12/2020	
	%	Controle	%	Controle
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (i)	-	-	100,00	Direto
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	100,00	Direto	100,00	Direto

(i) Em março de 2021, a empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme Nota Explicativa nº 25.3 - Outras Informações.

1.3. Estratégia operacional

Em 30 de setembro de 2021, o Grupo apresentou lucro de R\$129.834, Capital Circulante Líquido (CCL) de R\$ 75.532 (-R\$117.981 em 2020) e patrimônio líquido de R\$46.669 (-R\$240.014 em 2020).

No exercício findo em 30 de setembro de 2021, estão sendo adotadas inúmeras medidas que estão colocando a Companhia em novo rumo e num novo ciclo de crescimento e fortalecimento, reposicionando-se no mercado mediante a catalisação de sua reestruturação financeira e operacional.

O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- (i) O Conselho de Administração elegeu no dia 1º de junho de 2021 dois novos integrantes para o Corpo Diretor da organização: Gustavo Nunes da Silva Rocha e Leonardo Martins passaram a ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, respectivamente. A chegada dos novos integrantes potencializa o projeto de reposicionamento da organização no mercado;
- (ii) No dia 08 de junho de 2021 a Companhia anunciou o segundo aumento de capital privado no montante de até R\$ 153 milhões para financiar seu capital de giro de curto e médio prazo, especialmente aquele necessário para suportar as demandas de caixa das obras e os compromissos de PPLE, Refis e demais passivos assumidos pela Companhia;
- (iii) Em 03 de agosto de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Mais Lar Engenharia Ltda. ("Mais Lar"), empresa especializada em construção civil de imóveis residenciais que se enquadram nas regras de financiamento por programas do Governo Federal para incentivo da aquisição de moradia, para prospectar a construção de um empreendimento imobiliário habitacional que deverá ser incorporado e construído nos imóveis de propriedade da Companhia que hoje constituem a sua sede. O Memorando de Entendimentos prevê que as Partes iniciarão, de imediato, a elaboração de projetos e obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implementação do empreendimento, cujo projeto preliminar prevê a construção de até 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) unidades habitacionais que se enquadrem nas regras de programas do Governo Federal para incentivo à moradia de famílias em áreas urbanas (Casa Verde e Amarela);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- (iv) Em 09 de agosto de 2021, a Companhia informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que, o Conselho de Administração da Companhia, na presente data, homologou o aumento de capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, conforme os termos deliberados em reunião realizada em 04 de junho de 2021 ("Aumento de Capital"). Foram subscritas e integralizadas a totalidade das ações ordinárias e preferenciais disponíveis para subscrição, sendo (i) 11.550.000 (onze milhões e quinhentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, correspondentes a 100% da quantidade máxima de ações ordinárias, e (ii) 23.100.000 (vinte e três milhões e cem mil) novas ações preferenciais, correspondentes a 100% da quantidade máxima de ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 5,11 (cinco Reais e onze centavos) por ação ordinária e R\$ 4,08 (quatro Reais e oito centavos) por ação preferencial, totalizando o montante de R\$ 153.268.500,00, (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos Reais). Em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 71.247.137,15 (setenta e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e quinze centavos), dividido em 6.600.000 (seis milhões e seiscentas mil) ações ordinárias e 13.200.000 (treze milhões e duzentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 224.515.637,15 (duzentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e quinze mil, seiscentos e trinta e sete Reais e quinze centavos), representado por 18.150.000 (dezoito milhões e cento e cinquenta mil) ações ordinárias e 36.300.000 (trinta e seis milhões e trezentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal;
- (v) Em 03 de setembro de 2021, a Companhia anunciou a concessão do financiamento debrtor-in-possession no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ao Grupo UTC ("Financiamento DIP"). O Financiamento DIP, que possui um prazo de 24 (vinte e quatro) meses e é garantido por uma alienação fiduciária da Base Macaé 1 e uma alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Heftos, deve ser corrigido pela variação do IPCA e possui uma remuneração contratada de 12% (doze por cento) ao ano, na forma de juros simples. Vale ressaltar ainda que o pagamento foi efetuado por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e somente será liberado pelo Juízo após a implementação de condições precedentes remanescentes. Conforme anteriormente informado ao mercado, a Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio da proposta âncora (credit bid).

A proposta âncora deve ser apresentada em leilão judicial a realizar-se no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC, em prazo a ser definido pelo juízo da recuperação judicial. A efetiva apresentação da proposta âncora pela Companhia, conforme previsto na Proposta Atualizada, segue sujeita a condições suspensivas e resolutivas, de forma que nada no presente Fato Relevante deve ser interpretado com qualquer indicação ou afirmação que as operações contidas na Proposta Atualizada serão efetivamente concluídas;

- (vi) Em, 30 de setembro de 2021, - a Companhia assinou, um Memorando de Entendimento ("MOU") com os acionistas da Engecampo Engenharia S.A. e EGC Comercial Elétrica e Hidráulica Ltda. ("Grupo Engecampo"), contendo os principais termos e condições vinculantes por meio dos quais a Companhia se propõe a adquirir 100% das ações do Grupo Engecampo. Fundada em 1987, o Grupo Engecampo possui extenso acervo técnico e uma qualificada equipe de profissionais compondo seu corpo técnico e administrativo, com atuação relevante em todo território nacional, tendo executado operações dos mais diversos graus de complexidade. Com sede em Porto Alegre, o Grupo Engecampo presta serviços de manutenção industrial, obras civis, construção e montagem eletromecânica, nas modalidades contratuais por preços globais ou EPC, atuando, principalmente, nos setores de Óleo & Gás, Mineração, Petroquímica, Siderurgia, Saneamento e Energia. A união da A&T com o Grupo Engecampo, caso venha a se concretizar, permitirá a troca de experiência de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios, acompanhada de sinergias, ganhos de escala e de clientes, resultando em um aumento de competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, especialmente em Óleo e Gás. A assinatura do MOU é resultado de negociações diretas mantidas entre a Companhia e os controladores do Grupo Engecampo e tem por objetivo estabelecer as bases contratuais vinculantes para que a Companhia possa aprofundar e finalizar a auditoria jurídica, operacional e financeira que ofereça segurança para a conclusão da aquisição proposta;
- (vii) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração tendo em vista o crescimento do mercado esperado e as oportunidades dentro do setor de Infraestrutura;
- (viii) Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;
- (ix) Executar as obras que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- (x) Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos, que permitam voltar à receita bruta consolidada aos patamares anteriores;
- (xi) Permanecer adimplente no Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”) instituído pela Lei nº 9.964/2000;
- (xii) Prosseguir com a ação ajuizada, atualmente, no Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, objetivando a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Referidas ações foram sobrestadas até julgamento do Supremo Tribunal Federal - STF RE 592.616/RS - Tema 118;
- (xiii) Prosseguir com a ação ajuizada objetivando a exclusão do ISSQN na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB. No entanto, é importante destacar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB, no julgamento do RE nº 1.187.264/SP (Tema 1.048), entendimento aplicável por similitude ao ISS;
- (xiv) Prosseguir com a ação ajuizada objetivando afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes);
- (xv) Prosseguir com as ações ajuizadas em nome da ATINFRA objetivando:
 - (i) afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes), atualmente com liminar concedida para autorizar o recolhimento das contribuições vincendas ao FNDE (salário-educação), INCRA, SENAI, SESI e SEBRAE, observando o valor limite de vinte salários-mínimos para a base de cálculo total de cada uma das mencionadas contribuições, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário decorrente dos valores que excederem esse limite, nos termos do artigo 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional; (ii) a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, cuja a sentença de procedência, confirmou a liminar anteriormente deferida, para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de exigir da impetrante a inclusão na apuração da base de cálculo das contribuições vencidas e vincendas do PIS e da COFINS, dos valores de ISSQN destacado em suas notas fiscais de vendas de serviços; (iii) a exclusão do ISS na base de cálculo da CPRB, destacando-se, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB, no julgamento do RE nº 1.187.264/SP (Tema 1.048), entendimento aplicável por similitude ao ISS; (iv) a exclusão das contribuições ao PIS e à COFINS de suas próprias bases de cálculo, ora em grau de recurso em face da sentença de improcedência; e (v) ajuizar ação objetivando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo das contribuições previdenciárias e parafiscais;

(xvi) Manter em dia o PPLE, principal acordo trabalhista da Companhia.

Adicionalmente, o Relatório de Administração complementa estas notas explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 - "Demonstrações Intermediárias" e com as normas internacionais IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standard Board (IASB)" e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações intermediárias (ITR).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de "Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020"), publicadas na imprensa oficial em 23 de abril de 2021, com exceção das novas normas contábeis em vigor após 1º de janeiro de 2020 divulgadas na Nota Explicativa nº 3, no qual a Administração não identificou impactos em relação às práticas atuais utilizadas das informações contábeis individuais e consolidadas.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de novembro de 2021.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações financeiras das empresas controladas direta ou indiretamente pela Companhia, por meio de suas controladas diretas e indiretas, mencionadas na Nota Explicativa nº 9.

Os períodos de encerramento contábil das controladas, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na Rubrica "Acionistas não controladores".

3. Novos pronunciamentos técnicos adotados

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2020

Outras normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2020.

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2020, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) IFRS 3 / CPC 15 - Combinação de Negócios

Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos, que podem gerar impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- (ii) IAS 1 e IAS 8 - CPC 26 / CPC 23 - Apresentação das demonstrações contábeis/políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade, esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- (iii) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - CPC 48 / CPC 40 - Instrumentos financeiros - Evidenciação

Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da taxa de juros, esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020. A Companhia entende que não há impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

- (iv) IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante, esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2020.

3.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Imobilizado: Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa	2	-	6	2
Banco conta movimento	55.203	4.426	58.721	4.431
Aplicações financeiras	-	-	-	150
	<u>55.205</u>	<u>4.426</u>	<u>58.727</u>	<u>4.583</u>

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

5. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Contas a receber	-	-	2.294	2.087
Serviços e locações executados e não faturados	15	11	848	273
	<u>15</u>	<u>11</u>	<u>3.142</u>	<u>2.360</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Para o período findo em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	15	11	1.307	597
Vencidas				
1 a 60 dias	-	-	280	301
61 a 180 dias	-	-	153	618
Acima de 180 dias	-	-	1.402	844
Total contas a receber	15	11	3.142	2.360
Provisão para créditos	-	-	-	-
Saldo de clientes líquido	15	11	3.142	2.360

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Material de construção e peças de manutenção	28	29	28	959
	28	29	28	959

7. Estoques de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Azevedo & Travassos S.A.	-	4.215	-	4.215
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	-	-	18.301	18.301
	<u>-</u>	<u>4.215</u>	<u>18.301</u>	<u>22.516</u>
Circulante	-	-	18.301	18.301
Não circulante	-	4.215	-	4.215

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

	M ²	Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020
Azevedo & Travassos S.A.			
Lote 7	18.144	-	2.204
Lote 8	17.207	-	2.011
	<u>35.351</u>	<u>-</u>	<u>4.215</u>
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda			
Lote Elísio (i) (ii)	22.999	9.835	9.835
Lote 3 (i)	5.465	3.165	3.165
Lote 4 (i)	4.343	2.851	2.851
Lote 5 (i)	1.348	1.139	1.139
Lote 6	1.536	1.311	1.311
	<u>35.691</u>	<u>18.301</u>	<u>18.301</u>
Total	<u>71.042</u>	<u>18.301</u>	<u>22.516</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2021, o lote Elísio está arrolado no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa nº 16.1);
- (ii) Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A seguir estão demonstradas as transferências do estoque para propriedade para investimentos (Nota nº 9.2):

	Valor anterior Estoque	Valor atual PPI
Lote 7	2.204	7.749
Lote 8 A		3.363
Lote 8 B	2.011	1.166
Lote 8 C		2.689
TOTAL	4.215	14.967

8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Partes relacionadas (Nota 12)	-	34.202	-	-
Depósito judicial	1.243	1.287	1.243	3.930
Financiamento DIP-HEFTOS (i)	40.000		40.000	
Venda de ativo fixo	-	31	-	1.127
Outras contas a receber	1.071	1.558	6.272	9.838
	42.314	37.078	47.515	14.895
Circulante	932	89	6.125	9.466
Não circulante	41.382	36.989	41.390	5.429

(i) Valor referente ao ("Financiamento DIP") para aquisição da Heftos, conforme Nota nº 1.3 (v).

9. Investimentos

9.1. Investidas

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	30/09/2021	30/12/2020
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (i)	-	(211.705)
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	67.699	19.196
Total investimento	<u>67.699</u>	<u>(192.509)</u>
Ativo não circulante	67.699	19.196
Passivo não circulante	-	(211.705)

(i) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa nº25.3.

(b) Contexto operacional das empresas investidas

Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (desinvestida)

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., atualmente denominada MGCF Engenharia EIRELI, foi vendida em 25 de março de 2021, por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, deixando, a partir dessa data, de figurar como empresa investida. A alienação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente.

Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 30 de setembro de 2021, de 65.990.208 cotas.

(c) Movimento das investidas

	Controladora			Total
	ATE	ATI	ATD III	
Saldo final em 31/12/2019	(190.842)	18.618	3.274	(168.950)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.525)	578	306	(19.641)
Aumento de capital com terreno	-	-	(3.580)	(3.580)
Saldo final em 31/12/2020	(211.367)	19.196	-	(192.171)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.216)	679	-	(4.537)
Aumento de capital	-	47.824	-	47.824
Baixa de investimento por alienação	216.583	-	-	216.583
Saldo final em 30/09/2021	-	67.699	-	67.699

(d) Informações sobre as empresas investidas:

	ATE		ATI	
	30/09/2021	30/12/2020	30/09/2021	30/12/2020
Participação	-	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo	-	15.178	72.085	24.910
Passivo	-	226.883	4.386	5.714
Patrimônio líquido	-	(211.705)	67.020	19.196
Lucro do exercício	-	(20.863)	679	578

9.2. Propriedades para investimentos

Terrenos

A aquisição das propriedades para investimento se dá pela transferência dos terrenos da Controladora na integralização de capital feito em 30/09/2021 a valor de mercado de R\$40.250.752,00.

Movimentação

	CONSOLIDADO
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	-
Ajuste a Valor Justo	-
Aquisições	40.251
Benfeitorias	-
Baixas	-
Saldo final em 30 de setembro de 2021	40.251

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

Relação dos Imóveis

Item	Descrição	30/09/2021
1	Terreno Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 55.568,39m ² Cidade: São Paulo	25.284
2	Terreno Endereço: Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 18.144,65m ² Cidade: São Paulo	7.749
3	Terreno Endereço: Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 2.441,36m ² Cidade: São Paulo	1.166
4	Terreno Endereço: Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 6.697,14m ² Cidade: São Paulo	3.363
5	Terreno Endereço: Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 5.629,50m ² Cidade: São Paulo	2.689
	TOTAL	<u>40.251</u>

A classificação dos terrenos para propriedade para investimentos reflete a intenção da Administração de manutenção desses ativos para valorização do capital a longo prazo, contrapondo as obrigações da companhia. A administração fará a avaliação a mercado dos terrenos anualmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

Descrição									Controladora
	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Equipamentos de informática	Total
<u>Custo:</u>									
Saldo em 31/12/2019	6.507	733	-	-	521	522	7.815	-	16.098
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	(733)	-	-	-	-	-	-	(733)
Saldo em 30/09/2020	6.507	-	-	-	521	522	7.815	-	15.365
Saldo em 31/12/2020	6.507	9	-	-	311	522	7.815	-	15.164
Adições	-	-	-	310	(309)	-	-	-	1
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	(6.507)	(9)	-	14	-	(522)	(7.815)	-	(14.839)
Saldo em 30/09/2021	-	-	-	324	2	-	-	-	326
<u>Depreciação acumulada:</u>									
Percentual de depreciação / ano	4%	10%	10%	10%	10%			10%	
Saldo em 31/12/2019	(2.636)	(660)	-	-	(382)		(798)	-	(4.476)
Despesa de depreciação no exercício	(192)	-	-	-	(26)		(50)	-	(268)
Transferência	-	660	-	-	-		-	-	660
Saldo em 30/09/2020	(2.828)	-	-	-	(408)		(848)	-	(4.084)
Saldo em 31/12/2020	(2.898)	-	-	-	(237)		(856)	-	(3.991)
Despesa de depreciação no exercício	(195)	-	-	(265)	-		(44)	-	(504)
Baixa	3.093	-	-	-	236		900	-	4.229
Saldo em 30/09/2021	-	-	-	(265)	(1)		-	-	(266)
Imobilizado líquido em 31/12/2020	3.609	9	-	-	74		6.959	-	11.173
Imobilizado líquido em 30/09/2021	-	-	-	59	1		-	-	60

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Descrição	Consolidado								Total
	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Equipamentos de informática	
<u>Custo:</u>									
Saldo em 31/12/2019	6.566	16.041	12.212	-	7.420	522	7.815	-	50.576
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferencias	-	91	(91)	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(8.494)	(1.778)	-	(6)	-	-	-	(10.278)
Saldo em 30/09/2020	6.566	7.638	10.343	-	7.414	522	7.815	-	40.298
Saldo em 31/12/2020	6.566	7.040	10.343	-	3.814	522	7.815	-	36.100
Adições	-	-	-	431	-	-	-	146	577
Baixas	(6.566)	(7.040)	(10.343)	(7)	(3.813)	(522)	(7.815)	-	(36.106)
Saldo em 30/09/2021	-	-	-	424	1	-	-	146	571
<u>Depreciação acumulada:</u>									
Percentual de depreciação / ano	4%	10%	10%	10%	10%	-	-	10%	-
Saldo em 31/12/2019	(2.688)	(13.804)	(9.158)	-	(6.035)	-	(798)	-	(32.483)
Despesa de depreciação no exercício	(193)	(297)	(372)	-	(295)	-	(50)	-	(1.207)
Baixas	-	7.372	1.267	-	6	-	-	-	8.645
Saldo em 30/09/2020	(2.881)	(6.729)	(8.263)	-	(6.324)	-	(848)	-	(25.045)
Saldo em 31/12/2020	(2.951)	(6.471)	(8.291)	-	(3.187)	-	(856)	-	(21.756)
Despesa de depreciação no exercício	(195)	-	-	(266)	-	-	(44)	-	(505)
Baixas	3.146	6.471	8.291	-	3.186	-	900	-	21.994
Saldo em 30/09/2021	-	-	-	(266)	(1)	-	-	-	(267)
Imobilizado líquido em 31/12/2020	3.615	569	2.080	-	627	-	6.959	-	14.344
Imobilizado líquido em 30/09/2021	-	-	-	158	-	-	-	146	304

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

11. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Consolidado			31/12/2020 Líquido
		30/09/2021			
		Custo	Amortização	Líquido	
Softwares	20	-	-	-	22
Total		-	-	-	22

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorrida no exercício findo em 30 de setembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021
Softwares	1.890		(1.890)	-
(-) Amortização Acumulada	(1.868)		1.868	-
Total	22	-	(22)	-

12. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Outras contas a receber com empresas do Grupo				
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	-	33.475	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	727	-	-
	<u>-</u>	<u>34.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuos financeiros passivos com acionistas				
Acionistas controladores	-	(6.582)	-	(7.040)
Acionistas não controladores	(5.596)	(1.675)	(5.628)	(2.290)
	<u>(5.596)</u>	<u>(8.257)</u>	<u>(5.628)</u>	<u>(9.330)</u>
	<u>(5.596)</u>	<u>25.945</u>	<u>(5.628)</u>	<u>(9.330)</u>

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do segundo trimestre de 2021 e no resultado do ano de 2020, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

(c) Remuneração da Administração

Em 30 de setembro de 2021, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$2.560 (R\$ 421 no terceiro trimestre de 2020).

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			30/09/2021	31/12/2020
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	-	22.696
Total			<u>-</u>	<u>22.696</u>
Circulante			-	22.696
Não circulante			-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Com a venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., a Companhia deixa de ter em seus passivos, valores referentes a empréstimos e financiamentos.

14. Fornecedores

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$5.050 e R\$5.470 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R\$5.140 e R\$19.251 em 31 de dezembro de 2020).

A redução dessa posição nos números consolidados, deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto.

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

15. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Salários, férias, 13º salário e quitações a pagar	345	1.818	571	14.635
Provisão para férias e 13 salário	582	166	976	1.165
Encargos sociais	405	7.423	446	30.391
Acordos trabalhistas	36.876	11.469	36.876	52.403
	<u>38.208</u>	<u>20.876</u>	<u>38.869</u>	<u>98.594</u>
Circulante	1.188	9.264	1.849	44.733
Não circulante	37.020	11.612	37.020	53.861

O aumento da posição de números na controladora nos acordos trabalhistas se dá pela Provisão de PPLE na Coobrigação estabelecida juridicamente com a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, R\$ 28.269.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A redução dessa posição nos números consolidados deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto.

16. Obrigações tributárias - REFIS e outros impostos

16.1. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 31 de dezembro de 2014, dividindo-se o saldo do extrato da dívida, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final.

A Administração, em 30 de setembro de 2021, verificou que o saldo atualizado e remanescente da dívida totalizava o montante de R\$46.385 (R\$47.388 em 2020), e encontra-se adimplente com os pagamentos, sendo o cronograma de amortização da dívida de curto e longo está descrito a seguir:

Vencimento das parcelas	Controladora	
	Valor Total	%
2021	403	0,87%
2022	1.575	3,40%
2023	1.575	3,40%
2024	1.575	3,40%
A partir de 2025	41.257	88,94%
	<u>46.385</u>	<u>100,00%</u>
Circulante	1.613	3,48%
Não Circulante	44.772	96,52%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

16.2. Outros impostos

Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia e sua subsidiária. A redução dessa posição nos números consolidados, deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	-	38
ISS a recolher	138	2.532	503	6.959
INSS	73	2.771	170	23.783
Impostos retidos na fonte	166	2.326	224	16.957
PIS e COFINS a recolher	8	2.174	61	13.488
IRPJ e CSLL a recolher	350	432	466	1.256
Inscrição na PGFN	9.054	-	9.054	-
PPI (Prog. Parc. Incent. PMSP)	5.658	-	5.658	-
Outros e parcelamentos	61	2.854	1.870	2.385
	<u>15.508</u>	<u>13.089</u>	<u>18.006</u>	<u>64.866</u>
Circulante	939	13.089	1.737	64.836
Não circulante	14.569	-	16.269	30

17. Outras contas a pagar

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Seguros a pagar		-	828	-	2.011
Partes relacionadas	(i)	5.596	8.257	5.628	9.330
Acordos judiciais	(ii)	6.589	-	6.589	-
Provisões diversas		-	87	-	940
Outras		943	742	1.675	4.726
		<u>13.128</u>	<u>9.914</u>	<u>13.892</u>	<u>17.007</u>
Circulante		7.531	1.616	7.562	3.987
Não circulante		5.597	8.298	6.330	13.020

- (i) Valor referente a mútuos financeiros com acionistas não controladores (Nota nº 12);
(ii) Acordos trabalhistas homologados no PPLE, com pagamentos parcelados (Nota nº 25.1).

18. Provisão para contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 30 de setembro de 2021, está provisionado na Controladora o montante de R\$2.961 e no consolidado R\$2.961 (R\$5.031 e R\$30.312 em 31 de dezembro de 2020), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A redução dessa posição nos números consolidados, deve-se à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pelos valores que acresciam ao consolidado.

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que o Grupo é parte são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária.

A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$224.515.637,15, divididos em 18.150.000 ações ordinárias e 36.300.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 54.450.000 ações. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$71.247, divididos em 6.600.000 ações ordinárias e 13.200.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 19.800.000 ações.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para o período findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

A redução dessa posição nos números da Companhia deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos prejuízos do grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

20. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	<u>108</u>	<u>818</u>	<u>32.287</u>	<u>17.759</u>
	<u>108</u>	<u>818</u>	<u>32.287</u>	<u>17.759</u>
Deduções				
Impostos sobre as receitas	<u>(14)</u>	<u>(108)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>(1.724)</u>
	<u>(14)</u>	<u>(108)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>(1.724)</u>
Receita líquida	<u>94</u>	<u>710</u>	<u>29.705</u>	<u>16.035</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

21. Gastos por natureza

	Controladora							
	30/09/2021			30/09/2020				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total
Salários e encargos	(95)	(6.193)	-	(6.288)	-	(1.262)	-	(1.262)
Serviços contratados de terceiros	(20)	(7.553)	-	(7.573)	-	(2.115)	-	(2.115)
Outras provisões e despesas	-	-	(28.269)	(28.269)	-	-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado (i)	-	-	207.605	207.605	-	-	(73)	(73)
Materiais	(2)	-	-	(2)	-	-	-	-
Outras despesas	(99)	(3.627)	(27.261)	(30.987)	(2)	(1.193)	-	(1.195)
	<u>(216)</u>	<u>(17.373)</u>	<u>152.075</u>	<u>134.486</u>	<u>(2)</u>	<u>(4.570)</u>	<u>(73)</u>	<u>(4.645)</u>

(i) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa n° 25.3.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	30/09/2021				30/09/2020			
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total
Salários e encargos	(10.047)	(6.559)	-	(16.606)	(6.776)	(2.604)	-	(9.380)
Serviços contratados de terceiros	(4.186)	(7.915)	-	(12.101)	(2.576)	(4.284)	-	(6.860)
Outras provisões e despesas	-	-	(28.269)	(28.269)	-	418	-	418
Materiais	(6.614)	-	-	(6.614)	(3.770)	-	-	(3.770)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado (i)	-	-	207.605	207.605	-	-	2.757	2.757
Outras despesas	(6.356)	(4.065)	(27.479)	(37.900)	(2.766)	(3.210)	1.263	(4.713)
	<u>(27.203)</u>	<u>(18.539)</u>	<u>151.857</u>	<u>106.115</u>	<u>(15.888)</u>	<u>(9.680)</u>	<u>4.020</u>	<u>(21.548)</u>

(i) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa nº 25.3.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

22. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	1	-	13	3
Rendimentos Aplicacoes Financeiras	-	-	24	-
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>3</u>
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	(1.035)	-	(6.997)
Juros passivos (tributos, fornecedores e ou	(2.295)	(2.117)	(2.569)	(4.352)
	<u>(2.295)</u>	<u>(3.152)</u>	<u>(2.569)</u>	<u>(11.349)</u>
Receita líquida	<u>(2.294)</u>	<u>(3.152)</u>	<u>(2.532)</u>	<u>(11.346)</u>

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	127.749	(16.942)	128.072	(16.859)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	<u>(43.435)</u>	<u>5.760</u>	<u>(43.544)</u>	<u>5.732</u>
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.543	(3.351)	1.773	-
Outras (adições) exclusões	41.892	(2.409)	41.448	(5.815)
Imposto de renda e contribuição social apurados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(323)</u>	<u>(83)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(323)	(83)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(323)</u>	<u>(83)</u>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,25%	-0,49%

A metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no exercício de 2020, foi pela apuração pelo Lucro Real Trimestral, tendo a administração optado pela apuração pelo Lucro Real Trimestral no exercício de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivos				
Reavaliação de bens	-	(3.580)	-	(3.580)
Passivo fiscal diferido	-	(3.580)	-	(3.580)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

24.1. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

25. Outras informações

25.1. Deferimento de requerimento de liquidação planejada de execuções trabalhistas

A Companhia tem honrado com os compromissos assumidos quando da homologação do PPLE, em 16 de setembro de 2020, e vêm obtendo êxito no afastamento de novos bloqueios judiciais de suas contas e recebimentos, trazendo nova tranquilidade para a condução de seus compromissos financeiros e gestão de seu fluxo de caixa. Ainda haverá uma audiência com a possibilidade de redução do total devido, sendo que neste momento, não é possível a mensuração do possível benefício patrimonial final. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia já havia pago as primeiras 13 parcelas de um total de 36.

25.2. Venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Conforme divulgado ao mercado via Fato Relevante em 25/03/2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação societária detida na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE).

Uma vez que as atividades operacionais da ATE estavam suspensas desde 2018, a alienação desta subsidiária não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de sua outra subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente.

25.3. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2021

Em 30 de abril de 2021 realizou-se a última Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que aprovou, dentre outros, os seguintes temas:

- As Contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- Destinação do resultado do exercício de 2020 (prejuízo) para a conta de prejuízos acumulados;
- Fixar a remuneração global máxima aos administradores e conselheiros, para o exercício de 2021, em R\$ 4.080 mil;
- A instalação do Conselho Fiscal e a eleição de 03 (três) conselheiros e respectivos suplentes;
- Reforma do Estatuto Social da Companhia e consolidação integral do Estatuto Social refletindo todas as alterações aprovadas, destacando-se:
 - (a) A atualização do capital social homologado pelo Conselho de Administração em 23/12/2020;
 - (b) O incremento do valor do capital autorizado de emissão da Companhia.

25.4. Fato Relevante-01/06/21- Eleição de Nova Diretoria.

Em 01 de junho de 2021 o Conselho de Administração elegeu dois novos membros para a Diretoria Executiva da ATSA. Foram nomeados Gustavo Nunes da Silva Rocha como Diretor Presidente e Leonardo Martins como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

25.5. Fato Relevante-03/08/21 - MOU da Mais Lar

Em 3 de agosto de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Mais Lar Engenharia Ltda. ("Mais Lar"), empresa especializada em construção civil de imóveis residenciais que se enquadram nas regras de financiamento por programas do Governo Federal para incentivo da aquisição de moradia, para prospectar a construção de um empreendimento imobiliário habitacional que deverá ser incorporado e construído nos imóveis de propriedade da Companhia que hoje constituem a sua sede.

O Memorando de Entendimentos prevê que as Partes iniciarão, de imediato, a elaboração de projetos e obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implementação do empreendimento, cujo projeto preliminar prevê a construção de até 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) unidades habitacionais que se enquadrem nas regras de programas do Governo Federal para incentivo à moradia de famílias em áreas urbanas (Casa Verde e Amarela).

25.6. Fato Relevante-09/08/21 - Homologação do Aumento Capital

Em 07/06/21, o Conselho de Administração da Companhia apresentou proposta para aumento privado de Capital Social, por meio do qual seus credores e acionistas puderam capitalizar créditos e dinheiro até o limite de R\$ 153.268.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais). O aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração da Companhia foi homologado na sua totalidade em 09/08/21.

25.7. Fato Relevante-03/09/2021-Financiamento DIP na RJ do Grupo UTC

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com o Grupo UTC, onde comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 15 de fevereiro, 26 de abril, 26 de maio e 24 de junho de 2021 (“Fatos Relevantes Anteriores”) que realizou a concessão do financiamento debrtor-in-possession no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ao Grupo UTC (“Financiamento DIP”).

O Financiamento DIP, que possui um prazo de 24 (vinte e quatro) meses e é garantido por uma alienação fiduciária da Base Macaé 1 e uma alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Heftos, deve ser corrigido pela variação do IPCA e possui uma remuneração contratada de 12% (doze por cento) ao ano, na forma de juros simples. Vale ressaltar ainda que o pagamento foi efetuado por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e somente será liberado pelo Juízo após a implementação de condições precedentes remanescentes.

Conforme anteriormente informado ao mercado, a Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio da proposta âncora (credit bid). A proposta âncora deve ser apresentada em leilão judicial a realizar-se no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC, em prazo a ser definido pelo juízo da recuperação judicial.

A efetiva apresentação da proposta âncora pela Companhia, conforme previsto na Proposta Atualizada, segue sujeita a condições suspensivas e resolutivas, de forma que nada no presente Fato Relevante deve ser interpretado com qualquer indicação ou afirmação que as operações contidas na Proposta Atualizada serão efetivamente concluídas.

25.8. Fato Relevante-30/09/2021, MOU da Engecampo

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Engecampo Engenharia S.A. e EGC Comercial Elétrica e Hidráulica Ltda. ("Grupo Engecampo"), contendo os principais termos e condições vinculantes por meio dos quais a Companhia se propõe a adquirir 100% das ações do Grupo Engecampo.

Fundada em 1987, o Grupo Engecampo possui extenso acervo técnico e uma qualificada equipe de profissionais compondo seu corpo técnico e administrativo, com atuação relevante em todo território nacional, tendo executado operações dos mais diversos graus de complexidade. Com sede em Porto Alegre, o Grupo Engecampo presta serviços de manutenção industrial, Obras Civis, Construção e Montagem Eletromecânica, nas modalidades contratuais por preços globais ou EPC, atuando, principalmente, nos setores de Óleo & Gás, Mineração, Petroquímica, Siderurgia, Saneamento e Energia.

A união da A&T com o Grupo Engecampo, caso venha a se concretizar, permitirá a troca de experiência de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios, acompanhada de sinergias, ganhos de escala e de clientes, resultando em um aumento de competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, especialmente em Óleo e Gás.

25.9. Aumento de Capital na ATInfra

Em 30/09/21 foi realizado aumento do capital social da subsidiária Azevedo e Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATInfra"), aumento esse de R\$ 47.824.310,00 (quarenta e sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e dez reais), passando seu capital social de R\$ 18.165.898,00 (dezoito milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais) para R\$ 65.990.208,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e oito reais), da seguinte forma:

- (a) Da integralização do saldo de valores aportados na ATInfra pela Companhia, no valor total de R\$ 7.573.558,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito Reais);

- (b) Da integralização, na ATInfra, de se bens imóveis de propriedade da Companhia, todos registrados perante o 8º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, que em conjunto possuem um valor total de R\$ 40.250.752,00 (quarenta milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e dois Reais).

25.10. Efeitos da pandemia do Coronavírus nas atividades da Companhia

A Companhia segue com suas obras em andamento e seus escritórios trabalhando normalmente, sempre com medidas preventivas e protetivas.

26. Eventos subsequentes

26.1. Liberação do Financiamento DIP na Recuperação Judicial do Grupo UTC

Em 04 de outubro de 2021 - a Companhia, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 15 de fevereiro, 26 de abril, 26 de maio, 24 de junho de 2021 e 03 de setembro de 2021 ("Fatos Relevantes Anteriores"), que o financiamento debtor-in-possession no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) concedido pela Companhia no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC ("Financiamento DIP") foi liberado pelo juízo para utilização pelo Grupo UTC.

Conforme informado pelo Fato Relevante de 03 de setembro de 2021, o Financiamento DIP havia sido concedido pela Companhia por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, e sua liberação pelo Juízo estava condicionado à implementação de determinadas condições precedentes que foram devidamente satisfeitas.

A Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio de proposta âncora (credit bid) a ser apresentada em leilão judicial no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC.